

CASO 04 - SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO

FATOS

Joana e João se conheceram no Carnaval de 1999, ele residia em Vitória (Espírito Santo) e ela em São Paulo, capital. Eles passaram a se ver mensalmente, até que em janeiro de 2000, João mudou-se para São Paulo e passaram a viver juntos. Infelizmente, em março de 2017, João foi diagnosticado com um estágio avançado de câncer no cérebro e veio a falecer em pouco tempo, em 10 de outubro de 2017. João faleceu sem deixar descendentes ou ascendentes, mas apenas dois irmãos, Pedro e Bino. Em vida, não se preocupou em fazer um testamento.

Durante a união estável com Joana, foi adquirido onerosamente o imóvel onde residiam no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e um veículo da marca Honda, modelo Fit no valor de R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Além desse patrimônio, João deixou o seu FGTS no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), pois não deu tempo de sacar após o diagnóstico da doença, muito embora teria direito de sacar não o fez por ter tido pouquíssimo tempo de vida depois do trágico estágio da doença. Antes de se unir a Joana, João tinha um sítio nas proximidades de Vitória (Espírito Santo) no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e, por ocasião da morte de seus pais, recebeu como herança o patrimônio no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

PROBLEMA

Diante do falecimento de João, Joana, sua companheira com a certeza de que teria direito à totalidade dos seus bens, deu início ao processo de inventário investida na qualidade de única sucessora de João e inventariante.

Pedro e Bino tomaram conhecimento do processo de inventário que Joana iniciara e, sem conhecimento da posição atual do STF sobre o tema, decidiram ingressar no feito para impugnar as pretensões de Joana, com o objetivo de participar da sucessão de João.

ATIVIDADES

O grupo (04 alunos) deverá analisar o problema conforme o enunciado dos fatos e apontar as principais teses conforme o que foi estudado em sala, complementando com a leitura obrigatória e complementar. Na sala de aula, cada grupo terá 15 (quinze) minutos para expor e debater com a sala os argumentos de direito levantados no problema, e, ao final, será feito um fechamento das ideias em 5 (cinco) minutos. O grupo deverá entregar um relatório sobre o caso, expondo os principais argumentos doutrinários e jurisprudenciais que fundamentam a(s) tese(s) sustentada(s).